

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

"O arquivo completo , com os anexos citados na peça, será encaminhado ao e-mail da licitação, para análise completa da presente comissão."

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - RJ
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 224/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PRC. 16.613/2023

DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n. 04.889.013/0001-14, com sede na Rua Alzira Fernandes de Souza nº. 76, Bairro Sion das Mansões, Conselheiro Lafaiete-MG, CEP 36.404-315, por intermédio de seu representante legal, ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA, brasileiro, casado, empresário, portador do RG Nº. M9208004 e CPF Nº. 028.879.236-09, com domicílio profissional na Rua Alzira Fernandes de Souza nº. 76, Bairro Sion das Mansões, Conselheiro Lafaiete-MG, CEP 36.404-315, vem, respeitosamente, a presença de V. Sa., APRESENTAR CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO, com fulcro no artigo 4º, inciso XVIII da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c artigo 109 da lei 8.666/93, pelos motivos de fato e direito que se seguem:

I- DOS FATOS.

O Município de Nova Friburgo-RJ deu início ao processo licitatório, modalidade Pregão, no sistema Registro de Preços, tendo como objeto: O objeto desta licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de TIRAS DE GLICEMIA, LANCETAS E SERINGAS para atender a necessidade do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro e Subsecretaria de Atenção Básica, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

A Recorrente, não se conformando com sua desclassificação, interpôs recurso, alegando que inicialmente não constou no portal o motivo da sua desclassificação e que após indagar o motivo, foi esclarecido pela municipalidade que a

desclassificação se deu porque as tiras eram embaladas de forma individual e em razão do aparelho solicitar número de código de tiras, informando que o paciente terá que mudar o código manualmente.

A Recorrente em suas razões mostra seu inconformismo, alegando que os motivos da desclassificação não encontram acato no edital.

Contudo, as razões do recurso não devem ser acatadas, eis que descabidas, estando desprovidas de qualquer amparo fático e jurídico.

II. DAS CONTRARRAZÕES PROPRIAMENTE DITAS

A recorrente se insurge quanto à sua desclassificação em relação ao item 1.

No termo de referência do edital, constou o descritivo do item 1:

Tiras para determinação de glicemia quantitativa em sangue venoso e arterial para pacientes adultos e neonatos desde a primeira hora de vida, aplicável para punção capilar em sensor amperométrico ou fotométrico, glicose desidrogenase, tamanho da amostra igual ou inferior a 04 (quatro) microlitros, tempo de leitura máximo de 30 (trinta) segundos para uso em monitor de glicemia compatível, faixa de hematócrito de 20% a 70%, e que o resultado não interfira em oxigênio hospitalar (PO2). Intervalo de medição compreendido entre 10 e 600 MG/DL. Possibilidade de realizar análise de controle de qualidade em no mínimo 02 (dois) níveis. Embalagens com 50 (cinquenta) tiras. Deverá ter certificado de boas práticas de fabricação emitido pela ANVISA e estar de acordo com ISO 15197-2013.

A recorrente se insurge quanto à sua desclassificação, em razão das tiras serem embaladas individualmente, alegando que tal exigência refere-se ao item 2 e não ao item 1, que ela participou.

Não obstante, ao contrário do que alega a recorrente, o edital requer embalagens com 50 unidades e não individuais, sendo que a apresentação de embalagens individuais não atende ao descritivo.

No mais, a recorrente alega que seus aparelhos não necessitam de código de tiras a ser ajustado manualmente e que teria atualizado os documentos do Glucoseader junto à Anvisa.

Ora, as alegações da Recorrente não merecem acato, primeiramente porque o simples fato desta ter atualizado seu cadastro junto à Anvisa não demonstra que os produtos atendem ao edital, mas sim que apresentam requisitos mínimos delineados pela Agência de Vigilância Sanitária. Existe uma infinidade de produtos aprovados pela ANVISA que não atendem à determinadas demandas específicas. É por esse motivo inclusive que tem-se o descritivo no edital, para que seja fornecido produto adequado à determinada demanda.

De mais a mais, o parecer técnico que avaliou as amostras foi esclarecedor o suficiente para demonstrar que os aparelhos ofertados pela recorrente não atendem ao edital e as necessidades do município.

Inclusive nos estudos preliminares constou especificamente que "a presente aquisição se faz necessária para atender a demanda dos 2.461 (dois mil quatrocentos e sessenta e um) pacientes cadastrados no Programa DANT (Doenças e Agravos não Transmissíveis), durante o período de 12 meses, com uma média de consumo de 100 (cem) Tiras/Mês, para cada paciente. A empresa vencedora do item 1 (um), deverá doar 1.576 (um mil quinhentos e setenta e seis) aparelhos glicosímetro para Subsecretaria de Atenção Básica. Os aparelhos deverão ser entregues no primeiro pedido independente do número de tiras solicitadas."

Assim, por se tratar de aparelhos que serão utilizados pelos próprios pacientes mostra-se necessário que seja de fácil manuseio e intuitivo, o que não se observou. Em relação ao procedimento de codificação automática desprovido do emprego de um chip de código, identificou-se a possibilidade de manipulação desse código, permitindo variações no intervalo de 01 a 20. Esta manipulação potencialmente compromete a configuração do equipamento, exercendo influência direta nos resultados dos exames, uma vez que o código modificado pode apresentar incompatibilidade com o código correspondente à fita reagente utilizada. Tal circunstância impõe uma ameaça à integridade e à confiabilidade dos resultados obtidos por meio do dispositivo em questão, notadamente porque os aparelhos serão utilizados pela população.

Outrossim, de acordo com os pareceres de outros municípios que testaram o produto ofertado pela Recorrente, a qualidade restou insatisfatória e as mensurações não são seguras.

No caso em comento, não pode ser declarada vencedora empresa que ofertou produto em desacordo com o termo de referência do edital, mormente quando a inobservância do descritivo editalício pode trazer prejuízos à população e aos profissionais de saúde.

Como é ressaltado, a licitação é um procedimento formal, regulamentado por normas de caráter objetivo, às quais o administrador público deve vincular-se, sob pena de nulidade do procedimento licitatório.

Certo é que a empresa desclassificada, ora Recorrente, indicada cotou produto de marca que não atende ao descritivo do edital.

Quando se trata de licitação para aquisição de materiais médicos hospitalares, deve-se ser observado não somente os preços, razão pela qual impõe-se já no edital as especificações técnicas que cada produto deverá ter.

São princípios informativos da licitação o da livre concorrência, o da igualdade entre os concorrentes e o da publicidade.

Contudo, no procedimento licitatório ora questionado, os citados princípios não foram observados, maculando todo o processo de nulidade absoluta.

O princípio da igualdade constitui um dos alicerces da licitação, posto que visa, não apenas permitir a administração que escolha a melhor proposta, como também assegurar a igualdade de direitos a todos os interessados em contratar.

Destarte, conclui-se que a irrisignação da Recorrente tem teor puramente apelativo e revanchista, tendo em vista a sua derrota no referido procedimento licitatório, procedimento este que privilegiou a melhor demanda oferecida à Administração Pública, qual seja, aquela oferecida por esta Recorrida.

III- DOS PEDIDOS.

Em face do exposto pugna pelo desprovisionamento do recurso.

Nestes termos;

Pede deferimento.

Conselheiro Lafaiete, 08 de fevereiro de 2024.

ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA

RG Nº. M9208004 E CPF Nº. 028.879.236-09

Fechar